

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Mendonça, CPMI e a tempestade perfeita

A determinação do ministro André Mendonça de prorrogar a CPMI do INSS vai contra tudo que muita gente em Brasília almejava: enterrar a investigação sobre a roubalheira contra os aposentados. O inquérito parlamentar comandada pelo senador Carlos Viana se aproxima perigosamente do período eleitoral, com risco de abalar candidaturas de todos os campos políticos.

Há semanas o governo vinha tentando encerrar os trabalhos, em razão das relações entre Luís Fábio Lula da Silva, filho do presidente da República, e o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS. Para o Centrão, a investigação incomoda porque a CPMI tem em mãos os demolidores arquivos de Daniel Vorcara. O vazamento de mensagens do banqueiro – negado pela CPMI – mostrou, entre outras revelações, a relação com caciques como o senador Ciro Nogueira e o presidente do União Brasil, Antonio Rueda.

Forma-se, assim, uma tempestade perfeita para os próximos meses. É cada vez maior a possibilidade de uma convergência entre os escândalos do INSS e do Banco Master, com reflexos eleitorais. Soma-se a isso a interferência do Judiciário – seja a favor da CPMI, seja a favor de investigados e de testemunhas.



Reviravolta?

A decisão de André Mendonça ainda pode sofrer uma reviravolta no Supremo Tribunal Federal. O ministro submeteu a decisão dele à 2ª Turma da Corte, formada pelos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Nunes Marques, além do próprio Mendonça. O julgamento no plenário virtual está marcado para 3 de abril.

Menos é mais

Um dos pontos centrais da decisão do ministro André Mendonça é o direito das minorias. Com a citação a autores como Philip Pettit e Winfried Brugger, o magistrado analisa o conflito entre a CPMI do INSS e a Presidência do Congresso, a quem cabe autorizar a prorrogação da comissão parlamentar: “É forçoso concluir que a vontade da maioria parlamentar tem uma importância ímpar na democracia, mas ela não pode tudo”.

Precedentes

Juristas acreditam que o parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR) será decisivo para o ministro do STF Alexandre de Moraes autorizar a prisão domiciliar ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Eles lembram o caso do ex-general Augusto Heleno. Em dezembro, Moraes concedeu o benefício em razão do grave estado de saúde do militar.

Várias frentes

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados também planeja uma ofensiva contra o caso Master. Ao assumir a presidência, o deputado Merlong Solano (PT-PI), afirmou que vai colocar como prioridade um estudo de condições do sistema financeiro, principalmente sobre o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Um dos planos da CFT é convidar os dois presidentes do Banco Central durante o escândalo Master – Roberto Campos Neto e Gabriel Galípolo.

Combustíveis na mira

A nova gestão da CFT também pretende apurar a alta dos combustíveis, provocada pela guerra no Oriente Médio. Pretende chamar representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP), da Polícia Federal, da BR Distribuidora e outras para explicarem o aumento dos preços nos postos de abastecimento, apesar dos subsídios bancados pelo governo.

Agora vai

Após quase dois meses parado na mesa diretora do Senado, o Plano Nacional da Educação seguiu para a Comissão de Educação da Casa e está na pauta desta terça-feira. O colegiado, presidido por Teresa Leitão (PT-PE), tem a intenção de votar hoje o relatório que veio da Câmara dos Deputados e também aprovar um requerimento de urgência para levar o PNE ao plenário do Senado amanhã.

Bolsa bet

Uma pesquisa da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), realizada em outubro de 2025 na região metropolitana de São Paulo, demonstra que 17,3% dos apostadores, que recebiam algum benefício social do governo, apostavam em bets piratas. E 45,1% dos entrevistados assumiram que jogariam em casas de apostas clandestinas caso o governo proibisse acesso de beneficiários às bets.

Legal e ilegal

Para o Bernardo Cavalcanti Freire, sócio do Betlaw e consultor jurídico da ANJL, é surpreendente o alto percentual de beneficiários que jogariam em bets irregulares para continuar a ter acesso ao jogo. “As pessoas continuam jogando, e o governo não vai arrecadar”, afirma. O setor estima que cerca de 53% do mercado é ilegal.

Proteção digital

Ocorre hoje e amanhã no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a VII Conferência Ibero-Americana: Infância e violência em ambientes digitais. O evento é promovido pela corte em parceria com o Centro Iberoamericano de los Derechos de la Niñez (Cideni) e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Direitos da infância

O encontro reúne especialistas, autoridades judiciais e pesquisadores do Brasil, Chile, México e Espanha para debater como proteger crianças e adolescentes nos ambientes digitais. A conferência segue diretriz do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, que determina que os direitos da infância devem ser plenamente garantidos no ambiente digital.

PODER

Novo comando no TRT-10

Desembargadores José Leone Cordeiro Leite e Dorival Borges de Souza Neto assumem a direção do Tribunal Regional do Trabalho

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Os desembargadores José Cordeiro Leite e Dorival Borges de Souza Neto assumiram, ontem, a presidência e a vice-presidência, respectivamente, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10). Eles ficaram nas funções por dois anos.

A cerimônia contou com representantes de órgãos da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho (MPT), além da Ordem dos Advogados do Distrito Federal (OAB-DF).

Considerado a “segunda” instância da Justiça do Trabalho, o TRT-10 abrange Distrito Federal e Tocantins. Na avaliação do presidente do TRT-10, os próximos dois anos da instituição serão marcados pela continuidade dos “projetos exitosos” iniciados nas gestões passadas.

“Tanto na gestão passada, como na gestão retrasada (...), em relação

aos projetos exitosos, nós vamos dar orientação para que esses projetos tenham continuidade. Já a segunda problemática que o TRT tem a resolver é a questão da sede”, afirmou o desembargador José Leite, ao destacar que a aquisição de um prédio novo para alojar a sede do tribunal está nos planos para o próximo biênio.

Corregedoria

Assim como José Leite, o vice-presidente do TRT-10, desembargador Dorival Neto, que também é corregedor da instituição, destacou que pretende otimizar as atividades da corregedoria da instituição. “A gente pretende implementar corregedoria mais humanizada, com transparência e com dados precisos para auxiliar os magistrados”, ressaltou Neto, após tomar posse.

Presente no evento, que ocorreu no auditório do TRT-10, o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB),

corroborou a necessidade de a Justiça do Trabalho no Distrito Federal ter “uma estrutura melhor”. “Temos de avançar nessas pautas e destacar que a capital da República merece uma Justiça bem localizada, em um prédio moderno e com estrutura, para que preste serviços à comunidade”, destacou, ao cobrar que essas demandas devem envolver todos os parlamentares federais do DF e de Tocantins.

Na cerimônia de passagem do comando do TRT-10, o governador do Distrito Federal ainda lembrou sua atuação enquanto advogado trabalhista, há mais de 30 anos. “Comecei a advogar na Justiça do Trabalho em 1994. De lá para cá, acompanho todo o desenrolar da Justiça do Trabalho.”

Na avaliação de Ibaneis Rocha, os novos presidente e vice do tribunal têm competência para seguir os projetos do tribunal. “São pessoas extremamente inteligentes e que vão dar sequência ao trabalho realizado”, pontuou.

Fotos: Júlio Noronha/CB/D.A Press



José Leone Cordeiro Leite e Dorival Borges de Souza Neto assumem o tribunal por dois anos



Galípolo, Fachin e Mercadante se reuniram no STF para tratar do tema

Esforço conjunto para combater o crime organizado

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, recebeu, ontem, os presidentes do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, e do BNDES, Aloizio Mercadante, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. A reunião ocorreu no gabinete do ministro e teve como tema central o combate à lavagem de dinheiro e o “estrangulamento financeiro” de organizações criminosas, segundo a assessoria da Corte.

De acordo com a nota divulgada pelo Supremo, Galípolo disse a Fachin que o BC está finalizando um pacote de medidas regulatórias para mitigar riscos ao sistema financeiro diante de novas ameaças digitais.

Fachin, por sua vez, defendeu a “inteligência coordenada” e uma “resposta estratégica unificada entre as instituições”. Segundo a nota, a Polícia Federal (PF) vai prestar apoio técnico “para assegurar que as novas diretrizes do Banco Central tenham plena eficácia jurídica e operacional”.

Na manhã de ontem, Fachin afirmou que o crime organizado vem se tornando uma ameaça à democracia e citou pesquisa que indica que ao menos 19% da população brasileira diz viver em locais com presença explícita dessas organizações. Ele discursou na abertura do Seminário Desafios do Poder Judiciário ante o Crime

Organizado, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Essa realidade reinante gera imensa preocupação e incerteza. É direito fundamental do cidadão viver sem medo e opressão, onde possa exercer o direito de locomoção e de manifestação do pensamento. Não há Estado de Direito em localidades dominadas por facções”, disse o ministro.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou que, ao final de 2025, havia 12.448 ações penais contra organizações criminosas pendentes de julgamento no Brasil. O dado foi apresentado por Fachin, que também comanda o CNJ.

Segundo o ministro, pelo menos duas grandes organizações criminosas estão presentes em todos os estados e no Distrito Federal.

Os números são obtidos pelo Painel Nacional do Crime Organizado, ferramenta desenvolvida pelo CNJ, e indicam ainda que parte relevante desses processos termina sem condenação. Segundo Fachin, o panorama reforça a necessidade de identificar gargalos e aprimorar a atuação judicial.

“Embora estejamos diante de uma ameaça à integridade do território brasileiro, as estratégias de enfrentamento ao crime organizado precisam se ajustar à heterogeneidade regional”, afirmou.